



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 20 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2016.**

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 8/2016 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 8/2016; -----
- 2 - Apreciação e Aprovação: -----
  - 2.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para 2017; -----
  - 2.2 – Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais; -----
  - 2.3 - Mapa de Pessoal e Organograma para 2017; -----
  - 2.4 - Regulamento de Organização de Serviços; -----
3. Atribuição de Apoio Financeiro à União de Aldeia de João Pires; -----
4. Atribuição de Apoio Financeiro à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor; -----
5. Atribuição de Auxílios Económicos a Estudantes - Protocolo com o IPCB; ----
6. Atribuição de Bolsa de Estudo – Regulamento Municipal de Apoio à Educação; -----
7. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram onze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 7 de outubro do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. O senhor vereador Pedro Folgado não participou na votação por não ter estado na reunião. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

**O Sr. Vereador Pedro Folgado** disse que estão a entrar no último ano de mandato, sendo de salientar a boa relação que têm mantido no executivo, quer a nível político, quer a nível pessoal. Tal como disse o ano passado, as relações carecem de alguma reciprocidade e os vereadores da coligação continuam a trazer com alguma regularidade propostas, sugestões às reuniões de câmara e não obstante, não serem liminarmente recusadas, também não são implementadas. Deu como exemplos: a Incubadora de base rural; a possibilidade da venda de excedentes agrícolas no mercado municipal por particulares sem fins lucrativos; a criação do gabinete de apoio ao investidor, a realização de reuniões descentralizadas nas várias localidades do concelho, bem como a implementação do orçamento participativo. Disse ter tido conhecimento de uma boa notícia através da comunicação social, a implementação do Conselho Municipal da Juventude, que sempre defenderam desde o primeiro mandato. -----

Alertou para alguns problemas que carecem de resolução no concelho, preocupações partilhados por todo o executivo: a resolução do Centro de Congressos Ribeiro Sanches, a Casa do Teatro do Solar de Marrocos em Pedrógão de São Pedro e a conservação da ponte romana em Bemposta. -----

Disse que os vereadores da coligação apreciam o anúncio de várias medidas que têm vindo a ser tomadas no concelho, dando como exemplo, as obras de requalificação do Centro de Saúde de Penamacor. A este propósito, disse que

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

pela estima que tem pelo restante executivo, gostaria de saber essas notícias primeiro em reunião do executivo e só depois pela comunicação social. -----

Referiu-se a uma questão que se arrasta há demasiado tempo, pedindo ao Senhor Presidente uma maior celeridade na Estratégia 25, pois trata-se de um trabalho contratado no início do mandato. -----

De seguida, referindo-se à recente divulgação do programa nacional para a coesão territorial, salientou o facto de o programa elencar uma série de medidas muito úteis para eliminar ou atenuar a diferença entre interior e litoral. Considerou, no entanto, escassas as medidas no documento do Orçamento de Estado, dado o interior ser contemplado com apenas três parágrafos. Considerou que há muitas medidas no programa que deverão ser implementadas ou pelos municípios ou pelas comunidades intermunicipais ou em colaboração com as autarquias e os municípios. Perguntou se Penamacor foi ouvido em alguma instância ou circunstância sobre este programa. -----

Por último, referiu-se à “aparente” polémica desencadeada por algumas instituições que duvida que se tenham deslocado à Serra da Malcata, uma petição que vai ter de ser discutida na Assembleia da República sobre a caça na Reserva Natural da Serra da Malcata. Neste sentido, sugeriu ao senhor presidente que fossem convidados os representantes de cada bancada dos grupos parlamentares para virem visitar a Reserva Natural da Serra da Malcata e ouvirem de viva voz, quer do município, quer das forças locais as justificações para a proposta de ordenamento cinegético da reserva. Afirmou que os vereadores da coligação terão todo o gosto em apoiar esta iniciativa. ----

**O Sr. Presidente António Soares** relativamente à petição da Quercus para parar a caça na Serra da Malcata, disse tratar-se de um profundo desconhecimento de quais são os pressupostos do ordenamento cinegético, começando pelo facto de a maioria das pessoas não saber que sempre se caçou na Serra da Malcata e que na área do concelho do Sabugal nunca foi proibida. -----

A este propósito, deu conhecimento da submissão de duas candidaturas ao



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Portugal2020 alocadas à valência da potenciação cinegética aliada à natural gestão da biodiversidade, visando criar condições ambientais em termos de habitat para a reintrodução do lince ibérico na Serra da Malcata. -----

Disse concordar com a sugestão do senhor vereador em convidar os grupos parlamentares para visitarem a Serra da Malcata. Irá providenciar os convites para que possa ser apresentado o projeto e estratégia para a Reserva Natural da Serra da Malcata. -----

No respeitante às propostas apresentadas pelos vereadores da coligação ao longo do mandato, disse que algumas estão a ser trabalhadas, nomeadamente a incubadora de base rural, projeto que será implementado no próximo ano com os agricultores, o Município, a Associação de Regantes e a Escola Agrária de Castelo Branco. -----

Disse registar as preocupações do senhor vereador Pedro sobre os problemas que carecem de resolução no concelho. Esclareceu que são processos que têm sido acompanhados individualmente e que ainda não foi possível encontrar solução para a sua resolução. Salientou as limitações financeiras da autarquia e do “Portugal 2020” enquanto financiamento de obras. -----

Em relação ao conhecimento das notícias pela comunicação social, explicou que num curto espaço de tempo abriram vários avisos no Portugal2020, questões que tiveram de ser trabalhadas rapidamente. Referiu que não houve qualquer intenção de promoção antes do conhecimento geral por parte do executivo. Disse que a comunicação social faz o seu trabalho, que tem sido efetuado de forma brilhante em prol da promoção e divulgação do município e da região. -----

No que concerne à Estratégia 25, disse que a sua apresentação pública será feita até ao final do ano. -----

Sobre o relatório do Programa Nacional de Coesão Territorial elaborado pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior, referiu que todos os municípios foram ouvidos e feitas reuniões descentralizadas por todo o país através das Comunidades Intermunicipais. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Deu conhecimento que a primeira fase da Requalificação Urbana do acesso ao Coimo de Vila está em concurso público e o projeto de requalificação da Zona Histórica está concluído. Informou ser pretensão do município abrir o procedimento com recurso a concurso público para a realização da obra “Requalificação da Castelo/Fortaleza de Penamacor” no mês de novembro. Também até final do ano remeter a candidatura para a requalificação do Centro de Saúde, bem como o projeto para a reabilitação integral do Teatro Clube de Penamacor, prevendo o lançamento da obra no primeiro trimestre de 2017. -----

**O Sr. Vereador Pedro Folgado** referiu que não tendo nada contra as obras anunciadas, convém algum “conta, peso e medida”, para as obras não serem feitas todas ao mesmo tempo. Salientou que mais dia, menos dia vai ter que se assumir uma alteração de paradigma em Penamacor, tal como na maioria esmagadora dos concelhos. Essa alteração de paradigma consubstancia-se na passagem daquilo que é o “hardware” (as obras) para o “software”, que são as competências das pessoas, a criação de condições para a sua fixação, o desenvolvimento económico e empresarial. -----

**O Sr. Presidente António Soares** disse que o Plano de Atividades do próximo ano vai contemplar alguma viragem estratégica para o município. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

#### **1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 8/2016 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 8/2016. -----**

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 27 de outubro de 2016, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----  
Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

### **2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO: -----**

#### **2.1 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) PARA 2017. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No exercício da competência prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, cabe à Câmara Municipal elaborar as opções do plano e a proposta de orçamento e submetê-las à aprovação da Assembleia Municipal. Por sua vez, a competência atribuída à Assembleia Municipal para aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, está prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Dispõe o artigo 27º do mesmo diploma, no seu nº 1, que a Assembleia Municipal reúne ordinariamente em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro. Ora, resulta do nº 2 do mesmo artigo 27º que as opções do plano e a proposta de orçamento serão aprovados pelo órgão deliberativo na sessão de novembro, sendo que esta poderá também ter lugar em dezembro de acordo com o nº 1 atrás referido. -----

Sucedem que, por força do calendário orçamental que veio a ser definido pelo artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal tem de apresentar a proposta de orçamento à Assembleia Municipal até 31 de outubro. Como tal, propõe-se que seja deliberado: -----

1 – Aprovar as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento para 2017, documentos que se anexam e fazem parte da presente proposta, no



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

exercício da competência prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12.9, para que sejam remetidas à Assembleia Municipal para cumprimento do disposto no artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 3.9; -----

2 – Aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que seja desde logo eficaz e remetida ao órgão deliberativo no prazo previsto no artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 3.9”. -----

O Senhor Presidente fez uma breve apresentação dos documentos referentes ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017. -----

O orçamento proposto para o ano de 2017 totaliza €12.096.453,00, correspondendo a um aumento de 1,85% comparativamente com o orçamento de 2016, sendo que as receitas correntes previstas são no valor de €8.867.342,00 e as receitas de capital previstas no valor de €3.229.111,00. As despesas correntes previstas no montante de €6.914.403,00 e as despesas de capital no montante de €5.182.050,00. -----

Disse tratar-se de um orçamento que prevê a receita de capital relativa às candidaturas no âmbito do programa Portugal2020, investimentos estruturantes para o desenvolvimento económico e social do concelho de Penamacor, nomeadamente: Habitacional, através da realização de intervenções de reabilitação e conservação de habitações; Conclusão e início de implementação do plano de pormenor da Área de Acolhimento Empresarial; Requalificação integral da zona histórica de Penamacor e respetivos acessos; Requalificação do edifício do Teatro Clube de Penamacor; Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor e Obras de Reabilitação Urbana em todas as freguesias do concelho. -----

Salientou o facto de o orçamento ser dotado de um enorme realismo quer financeiro, quer orçamental, quer em função da exequibilidade das ações nele descrito. Realçou a importância no orçamento das funções sociais, o ensino, o ordenamento do território, o desporto, recreio e lazer, apoio às coletividades e juntas de freguesia. -----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

A proposta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado. -----

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **2.2 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Dispõe o artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, que a abertura de procedimento relativo a despesa que dê lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização do órgão deliberativo, salvo quando: -----

- a) Resulte de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----
- b) O respetivo encargo não exceda o limite de € 99.759,98 em cada um dos anos económicos seguintes ao da contração, e o prazo de execução de três anos. -----

Por outro lado, dispõe a alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da respetiva forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Acresce o que dispõe o artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, o qual estabelece que a referida autorização prévia a conceder pelo órgão deliberativo para efeitos de assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação anual das Grandes Opções do Plano.

Ora, consta da Ordem de Trabalhos da presente reunião do Executivo a proposta para aprovação dos documentos previsionais para o exercício de 2017. Importa por isso promover também a aprovação de proposta para solicitação à Assembleia Municipal de autorização prévia para assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais para o próximo ano, conforme o previsto nas disposições legais atrás mencionadas e no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Assim, propõe-se, quanto aos compromissos plurianuais a assumir no ano de 2017: -----

a) Que, ao abrigo do artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, da redação dada pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, e para efeitos da aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, seja deliberado propor à Assembleia Municipal de Penamacor que aprove a concessão de autorização prévia genérica favorável para a assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais relativamente a pagamentos que resultem de projetos ou ações previstos nas Grandes Opções do Plano para 2017, excetuando os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa. -----

b) Que, por referência ao previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, seja deliberado solicitar à Assembleia Municipal que, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, abranja ainda os encargos que, não estando previstos no PPI, não excedam porém o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e prazo de execução de três anos; -----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

c) Que seja deliberado, também, propor à Assembleia Municipal que a assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos das alíneas anteriores, só poderá fazer-se quando sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, e no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

d) Que seja deliberado, ainda, remeter à Assembleia Municipal, em cada uma das suas sessões ordinárias, listagem com informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida”. ---

A proposta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado. -----

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **2.3 – MAPA DE PESSOAL E ORGANOGRAMA PARA 2017. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais encontra-se previsto no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, devendo atender-se também, em matéria de estruturação de serviços, ao disposto na Lei nº 49/2012, de 29 de agosto. Por outro lado, nos termos das disposições conjugadas da alínea m) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete ao órgão deliberativo por proposta do órgão executivo, aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais. -----

Para efeitos da preparação da proposta de mapa de pessoal, organograma e regulamento de organização dos serviços, são necessariamente tidos em conta os modelos de organização interna legalmente possíveis, os quais devem ser



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

oportuna e previamente aprovados pela Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal. Ou seja, a preparação do mapa de pessoal, do organograma e do regulamento de organização dos serviços depende da definição prévia do modelo de estrutura orgânica que o Executivo pretende implementar e da fixação do número máximo de unidades e subunidades orgânicas que interessa prever. -----

Neste contexto foi deliberada pela Assembleia Municipal em 30 de setembro, por proposta da Câmara Municipal de 23 de setembro e no que concerne à organização interna dos serviços, a adoção do modelo de estrutura hierarquizada nos termos da alínea a) do artigo 6º e da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. Nos termos permitidos pela alínea a) do nº 1 do artigo 8º e nº 1 do artigo 9º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, foi ainda deliberada a criação pela Câmara Municipal de 3 unidades orgânicas flexíveis destinadas a ser dirigidas por dois chefes de divisão municipal e um dirigente intermédio de 3º grau (conforme deliberação da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2014, por proposta da Câmara Municipal, que se mantém válida e em vigor), ao abrigo da competência prevista na alínea c) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. No seguimento de tais deliberações importa desenvolver os instrumentos e ferramentas de gestão dos recursos humanos para 2017. Ora, resulta do artigo 28º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que no planeamento da atividade e gestão de recursos humanos se inclui o mapa de pessoal, o qual deve acompanhar a proposta de orçamento. Isto é, no que respeita à gestão de recursos humanos torna-se necessário, aquando da elaboração do orçamento, em obediência aos procedimentos e regras previstas no artigo 28º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que se proceda ao planeamento das atividades, de natureza permanente ou temporária, que deverão ser desenvolvidas ao longo do ano e durante a execução orçamental. O mapa de pessoal acompanha e é aprovado nos mesmos termos em que se aprova a proposta de orçamento, ou seja,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

anualmente e mediante aprovação pela Assembleia Municipal por proposta da Câmara, em conformidade com as disposições conjugadas da alínea o) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Embora deva acompanhar a proposta de Orçamento, o Mapa de Pessoal constitui um documento previsional distinto e autónomo. -----

Neste enquadramento, no seguimento do modelo de estrutura orgânica aprovado pelo órgão deliberativo na sessão de 30 de setembro e restantes deliberações e ainda do Despacho datado de 24 de outubro que determinou a manutenção de 3 subunidades orgânicas, proponho à Câmara Municipal: -----

I – Que delibere, no uso da competência própria prevista no artigo 7º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, a manutenção das seguintes 3 unidades orgânicas flexíveis: -----

1 – Divisão Administrativa e Financeira destinada a ser dirigida por um chefe de divisão municipal; -----

2 – Divisão de Obras destinada a ser dirigida por um chefe de divisão municipal; -----

3 – Serviços Urbanos, Ambiente e Agricultura, destinados a ser dirigidos por um dirigente intermédio de 3º grau. -----

II – Que, tendo em consideração que no mapa de pessoal deverão estar contemplados os postos de trabalho existentes tendo em conta o número de trabalhadores em funções no organismo e previstos os postos de trabalho julgados necessários à execução das atividades previstas e aprovadas no respetivo plano, com a correspondente previsão orçamental das verbas destinadas a suportar as despesas com o pessoal, delibere aprovar o projeto de mapa de pessoal para o ano de 2017, assim como o respetivo organograma, documentos que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta, para que sejam remetidos à Assembleia Municipal para aprovação, por ser o órgão competente para aprovar o mapa de pessoal, nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

A proposta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado. -----

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **2.4 – REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo em conta as decisões e orientações de gestão definidas pelo Executivo, traduzidas no projeto de mapa de pessoal e organograma cuja aprovação é proposta nesta mesma reunião, foi elaborado projeto de regulamento de organização dos serviços. -----

Assim, em complemento à proposta de Mapa de Pessoal e Organograma para 2017, proponho que, nos termos da competência que assiste à Câmara Municipal para apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, conforme resulta das disposições conjugadas da alínea m) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos de posterior envio ao órgão deliberativo, seja deliberado aprovar o Projeto de Regulamento de Organização dos Serviços para 2017, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta aqui se dando por reproduzido”. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado. -----

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **3 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE ALDEIA DE JOÃO PIRES. -----**

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“É atribuição dos municípios zelar pelos interesses das respetivas populações, quer seja de forma direta quer através da atribuição de apoios a outras entidades. Os municípios têm ainda atribuições nos domínios do património e da cultura, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

A União de Aldeia de João Pires, Sociedade Recreativa e Musical, na qual se integra a Banda Filarmónica que tanto tem promovido o nome do concelho de Penamacor pelo país e até pelo estrangeiro, deu já a conhecer o seu plano de atividades para o ano de 2017. Para a realização das atividades e iniciativas previstas, vem solicitar apoio financeiro. -----

Dado o relevo e a importância da Banda Filarmónica de Aldeia de João Pires na vida cultural não apenas da freguesia mas do concelho, proponho que, ao abrigo da competência prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir à União de Aldeia de João Pires, Sociedade Recreativa e Musical um apoio financeiro no valor de 12.500,00 € (doze mil e quinhentos euros), para apoiar a execução do plano de atividades que se anexa à presente proposta. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **4 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAMACOR. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“A Santa Casa da Misericórdia de Penamacor veio solicitar a atribuição de um apoio financeiro que permita por um lado garantir uma oferta educativa diversificada aos pais, por outro garantir o funcionamento do Jardim de Infância de Nossa Senhora das Dores e da Creche Nossa Senhora da Conceição, e ao mesmo tempo apoiar os pais das crianças que frequentam essas valências, em face da conjuntura económica e das dificuldades sentidas pelas famílias. Tal apoio deverá assumir natureza idêntica ao que é concedido no âmbito das atividades de animação e apoio à família no ensino pré-escolar público, devendo refletir-se diretamente nos custos a suportar pelas famílias com o pagamento das mensalidades. -----

Assim, propõe-se que seja deliberado: -----

Atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor um apoio estimado no valor de € 12.086,00 para o ano letivo 2016-2017 valor que foi apurado tomando por referência o apoio de € 30,99 mensais por cada criança que frequente o Jardim de Infância e a Creche (sendo que no ensino pré-escolar há 27 crianças e na creche há 12 crianças). Os pagamentos serão realizados mensalmente mediante confirmação através da listagem de alunos que será remetida pela Instituição, pelo período de 10 meses com efeitos reportados ao início do ano letivo de 2016-2017. -----

A despesa encontra-se devidamente cabimentada e inscrita no Orçamento do corrente ano na rubrica correspondente, conforme documento em anexo. -----

Os pagamentos serão realizados em obediência ao disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, após emissão do compromisso respetivo. -----

A despesa assume carácter plurianual e insere-se no âmbito da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal por deliberação de 4 de Dezembro de 2015, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, e para efeitos do disposto no artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março”. -----





Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **5 – ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES – PROTOCOLO COM O IPCB. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Aprovou a Câmara Municipal na reunião do dia 4 de julho de 2014, a celebração de um Protocolo entre o Município de Penamacor e o Instituto Politécnico de Castelo Branco, com vista à atribuição de bolsas de estudo aos alunos que, no ano letivo 2014-2015, ingressassem no 1º ano nos ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado, em qualquer dos cursos do IPCB.

Importa agora assegurar que o referido protocolo, entretanto assinado, seja válido também para o ano letivo 2016-2017. -----

Como tal, propõe-se ao abrigo da competência prevista na alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12.9, para efeitos de atribuição de auxílios económicos a estudantes, que seja deliberado manter para o ano letivo de 2016-2017 o Protocolo celebrado com o IPCB, de modo a garantir a atribuição até 3 bolsas de estudo aos alunos que, no ano letivo 2016-2017, ingressem no 1º ano nos ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado, em qualquer dos cursos do Instituto Politécnico de Castelo Branco”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **6 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSA DE ESTUDO – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À EDUCAÇÃO. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

“A aluna Rita Isabel Amaro Teixeira, natural da freguesia de Penamacor, que se encontra a frequentar o 1º ano do 1º ciclo do curso de Gestão de Empresas na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, veio apresentar um requerimento para atribuição de uma bolsa de estudo ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio à Educação do Município de Penamacor. ----- Após análise da candidatura entregue no Gabinete de Ação Social e Educação constatou-se que a requerente reúne todos os requisitos exigidos pelo referido regulamento de apoio, e que se encontra posicionada no escalão 2 de abono de família, pelo que se propõe à Câmara Municipal que delibere aprovar o seguinte: -----

Que seja atribuída À aluna, Rita Isabel Amaro Teixeira com fundamento nos nºs. 2 e 3 do artigo 43º e ao abrigo dos artigos 37º e 38º do Regulamento Municipal de Apoio à Educação, uma bolsa de estudo no valor de € 50,00 mensais, relativa ao ano letivo 2016/2017, a ser paga durante 10 meses, com efeitos a partir de setembro de 2016”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **7 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----**

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 9.494.108,61 euro e uma despesa também acumulada de 6.690.311,22 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----**

Não havia público presente na reunião. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram doze horas e vinte minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares